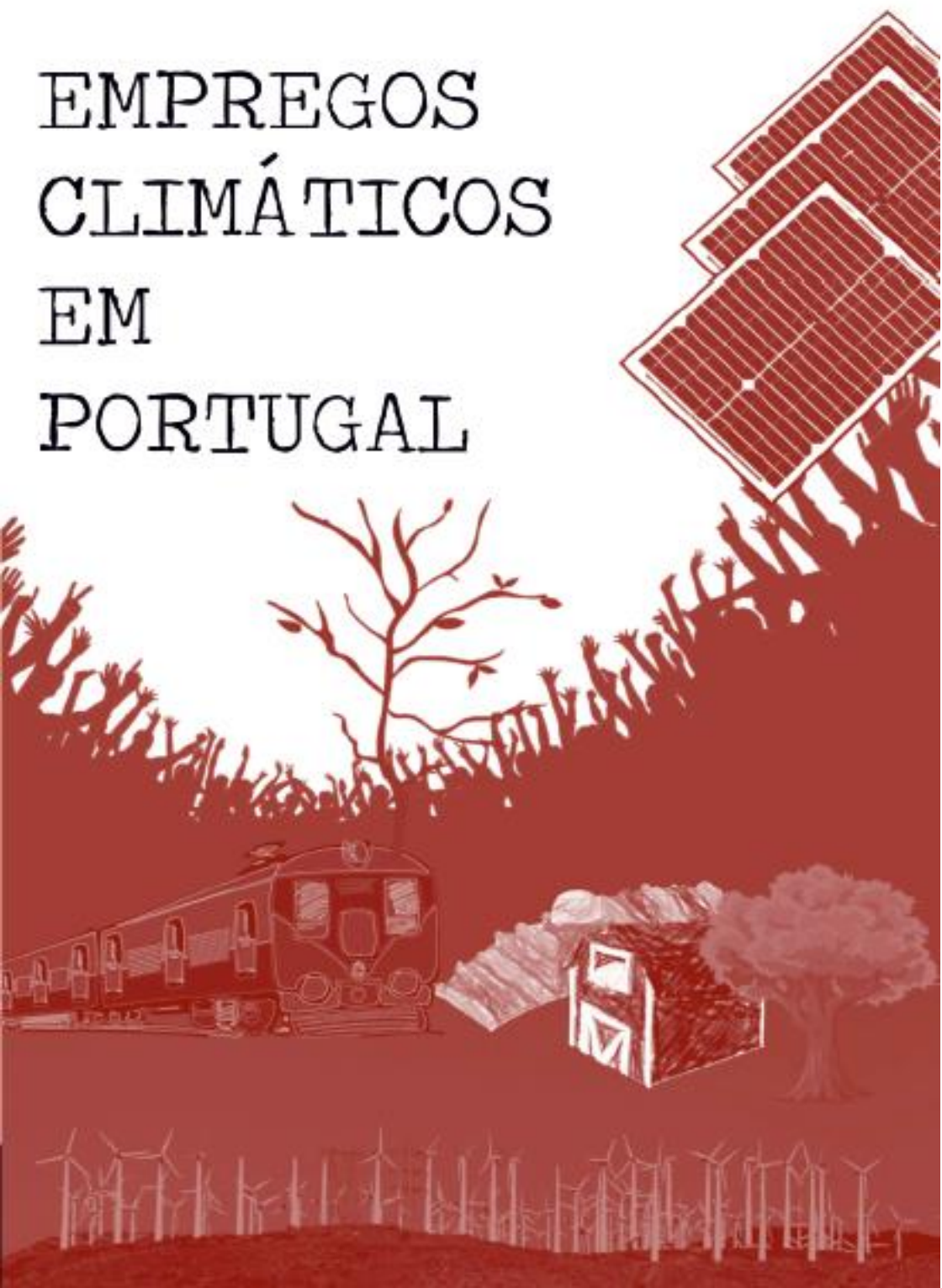


EMPREGOS CLIMÁTICOS EM PORTUGAL



Editor: Filipe Carvalho

Autores:

Carla Prino

Precários Inflexíveis

Filipe Carvalho

Climáximo

Sinan Eden

Climáximo

Para mais informação sobre a campanha

consulte: globalclimatejobs.wordpress.com

climaximo.wordpress.com/empregos-climaticos

Dezembro de 2015

Índice

Introdução	3
Parte 1	
Empregos Climáticos	4
Mudança: não é sacrifício, é fazer as coisas de maneira diferente	6
As consequências das alterações climáticas	7
Efeitos de realimentação (<i>feedback</i>) positiva	9
Como financiar os empregos climáticos	10
Não vai ser fácil	12
Parte 2	
Alterações Climáticas em Portugal	14
Emissões de gases de efeito de estufa (GEE) em Portugal	15
Redução de emissões	19
Estado Geral das Políticas Climáticas em Portugal	21
Estado do Emprego em Portugal	23
Como Lidar com Estas Realidades	25
Referências e Notas	27

Introdução

Temos de travar as alterações climáticas e temos de o fazer agora. Para isso vão ser precisos 150 milhões de novos empregos a nível mundial, com a duração de pelo menos 20 anos¹.

Atualmente existem campanhas em vários países que lutam por programas governamentais massivos de criação de empregos climáticos. A maioria começou com o apoio de sindicatos e todos estão a tentar construir uma aliança entre sindicatos, organizações ambientalistas, ONGs e organizações religiosas.

A primeira parte desta publicação explica de forma sucinta a ideia dos empregos climáticos, tal como é apresentada no livrete “Global Climate Jobs”¹. A segunda parte analisa e explica o contexto português em traços gerais, nomeadamente em relação ao clima, ao emprego, e às políticas no domínio das alterações climáticas.

Este é um trabalho em progresso. À medida que o movimento for crescendo, novos dados e estudos serão incluídos em versões melhoradas deste livrete.

Parte 1

Empregos Climáticos

Cerca de três quartos das contribuições humanas para o aquecimento global são causados diretamente pela queima de combustíveis fósseis: carvão, petróleo e gás. Para limitar as alterações climáticas é preciso parar de queimar estes combustíveis. Para o conseguir, é necessária outra forma de produzir energia no mundo. Para tal, precisamos de:

- Produzir toda a energia elétrica através de fontes de energia renovável, tais como a energia solar ou eólica;
- Depender mais dos transportes públicos do que de carros, e alimentar a maioria dos veículos com energia não poluente;
- Isolar e remodelar todos os edifícios e casas para que consumam menos energia, e para que a energia necessária para os aquecer e arrefecer provenha de renováveis;
- Converter e redesenhar os complexos industriais para que usem menos energia e que esta seja energia elétrica sempre que possível.

Existem muitas mais coisas que precisamos de fazer e que poderiam ser enumeradas nesta lista, mas estes quatro pontos farão a maior diferença nos cortes de emissões de gases de efeito de estufa para a atmosfera provenientes da atividade humana. Estas medidas requerem muitos novos postos de trabalho, a maioria no sector da energia renovável, construção e transportes.

O restante quarto das emissões humanas de gases de efeito de estufa provém da agricultura e do uso dos solos. Para se cortar nestas emissões é preciso mudar a forma de praticar a agricultura, preservar as florestas antigas e plantar novas florestas. Também aqui muitos empregos são necessários.

Não é realista esperar até que os mercados “criem” estes empregos: a escala do que é preciso fazer é demasiado grande e estas medidas demasiado urgentes. Em vez disso, precisamos de programas governamentais massivos em cada país. Estes programas serão diferentes daquilo a que os políticos normalmente se referem como “empregos verdes”. Há quatro grandes noções que é preciso ter em atenção:

Empregos climáticos: empregos que têm um impacto direto na redução de emissões de gases de efeito de estufa; qualquer emprego ambiental é um emprego verde, mas só alguns empregos verdes são empregos climáticos.

Novos empregos: quando falamos em 150 milhões de empregos a nível mundial não estamos a contar com os empregos que já existem no sector dos transportes, energia ou construção. Estamos a falar em novos empregos, que têm de ser mantidos pelo menos durante vinte anos.

Programas governamentais: não queremos que os governos esperem pelas soluções dos mercados. Queremos que os governos comecem a contratar funcionários (nas áreas atrás referidas) e que o façam rapidamente.

Empregos de reposição: queremos que os governos garantam empregos climáticos a todos aqueles que vão perder o emprego

numa economia de baixas emissões de carbono, tais como mineiros de carvão ou funcionários de refinarias de petróleo.

Mudança: não é sacrifício, é fazer as coisas de maneira diferente

Esta é uma nova forma de encarar as alterações climáticas. Durante muitos anos houve tensões entre fações ambientalistas e sindicalistas. Os sindicatos advogavam empregos e bons salários. Muitos ambientalistas advogavam que para travar as alterações climáticas, as pessoas teriam de fazer sacrifícios na sua qualidade de vida.

Esta é uma falsa dicotomia. Não podemos resolver o problema das alterações climáticas através de sacrifícios. A razão para isto é que os cortes que temos de fazer nas emissões são demasiado grandes. Temos de cortar as nossas emissões globais em pelo menos 80% nos próximos vinte anos. Fazê-lo através de sacrifícios na qualidade de vida significa cortes de 90% nessa qualidade de vida nos países desenvolvidos, e deixar os países pobres para sempre na pobreza².

Existem mais de 200 milhões de pessoas desempregadas no mundo. Muitos milhões de outras pessoas são subcontratadas ou trabalham em empregos precários e inseguros. Programas de empregos climáticos governamentais podem transformar as vidas destas pessoas, das suas famílias e comunidades.

Isto é algo politicamente difícil de conseguir, porque significa quebrar com as políticas de austeridade. Mas estas políticas falharam: em África na década de 1980, na América Latina e Europa de Leste na década de 1990, no resto da Europa ao longo dos 6

últimos anos, incluindo Portugal. Em seu lugar, precisamos que os governos aumentem o investimento para começarem a mover as suas economias estagnadas.

Os empregos climáticos não vão deixar os países pobres na pobreza. Há muitos países que atualmente quase não contribuem com emissões de gases de efeito de estufa, tais como Moçambique, Laos, Quénia, Nepal e Afeganistão. Empregos climáticos nestes países permitem que a sua indústria e economia cresçam, mas de uma nova forma.

Isto é tanto justo como necessário. Os líderes mundiais não estão a fazer o que deve ser feito, por isso vai ser necessário um movimento global e massivo que os faça agir. Esse movimento não vai ser possível sem o apoio ativo dos trabalhadores e dos pequenos agricultores na China, Índia ou países africanos. Por esta mesma razão, temos de garantir empregos climáticos de reposição para os funcionários da indústria e energia fóssil, que de outra forma ficariam a perder. Sem estas garantias, vão-se dividir os sindicatos e comunidades ao meio. Precisamos de um movimento unido, com uma visão de um futuro melhor.

As consequências das alterações climáticas

Vamos agora focar-nos no porquê de termos de agir rapidamente e com determinação. Existem duas razões principais: o sistema económico capitalista e os efeitos de retroalimentação naturais. As alterações climáticas estão a acontecer dentro do contexto económico e político que temos hoje – o capitalismo globalizado – que torna desastres naturais em catástrofes humanitárias.

As alterações climáticas vão alterar o panorama agrícola em muitas partes do mundo, devido às alterações de temperatura e precipitação. Em várias regiões isto pode significar a escassez de alimentos e a fome das populações.

Por outro lado, fenómenos climáticos extremos, como tempestades ou inundações fortes, aliados à escassez referida, podem criar milhões de refugiados. No sistema vigente estas pessoas vão esbarrar em fronteiras e soldados, enquanto do lado oposto o racismo vai imperar para justificar a indiferença das pessoas perante o desespero dos refugiados, e para deixá-los à força em terras onde não conseguem viver.

Alterar as condições geográficas do mundo significa alterar a distribuição dos recursos naturais, o que vai criar desequilíbrios de poder entre nações e interesses económicos. Nestas circunstâncias a guerra facilmente deflagra, porque todos os intervenientes do jogo geopolítico vão tentar fazer a balança do poder tender a seu favor.

Em 1969, devido a alterações no clima, não houve precipitação no Darfur e no Chade. Estes países nunca recuperaram – as populações têm vivido até agora com quebras na produção agrícola, fome recorrente, campos de refugiados e guerras.

Também há grande potencial de danos económicos com a subida do nível médio da água do mar, já que metade da população mundial habita a menos de 60 Km da costa e três quartos dos grandes centros urbanos encontram-se distribuídos por zonas costeiras. Ilhas no Pacífico, como o Estado de Tuvalu, enfrentam a forte possibilidade de desaparecerem, submersas pelo oceano. Esta subida do nível da água do mar, se aliada a chuvas intensas, coloca

em perigo de inundação cidades inteiras, presas entre erguer barreiras que impeçam que a água (do mar) entre, e criar sistemas para que a água (da chuva) saia. A Holanda é um exemplo de uma região que terá de lidar com este tipo de problema.

Por todo o mundo podemos ver como os governos lidam com catástrofes naturais. Depois dos terramotos no Nepal e na Turquia, *tsunamis* na Indonésia e Sri Lanka e tornados no Haiti, Nova Orleães e Nova Iorque, a história é sempre a mesma. Os governos não reagem, apenas enviam as forças armadas e a polícia para tentar “restaurar a ordem”.

As populações afetadas por este tipo de catástrofes vão estar justificadamente revoltadas. Os governos irão enviar as forças armadas, acompanhadas por uma retórica que parecerá verde – “Esta é uma emergência do planeta, temos todos de sacrificar em conjunto”. Mas como temos visto nas últimas décadas os sacrifícios serão exigidos sobretudo aos mais pobres e à classe média, sob o pretexto do estado de emergência.

Efeitos de realimentação (*feedback*) positiva

A segunda razão pela qual temos de agir rapidamente, já enunciada, é a existência de efeitos climáticos de realimentação positiva, que vão acelerar muito o processo de alteração do clima, a partir de certo ponto. Isto já aconteceu noutras fases de aquecimento global de outras eras geológicas. O problema agora é que a ação humana está a acelerar o processo de alteração do clima a uma velocidade sem precedentes. Portanto o grande problema das alterações climáticas não é o facto de estas estarem a acontecer, mas antes o

ritmo a que estão a acontecer. E o ritmo vai aumentar ainda mais, devido aos efeitos de realimentação referidos.

Estes tipos de efeitos estão presentes, por exemplo, nos incêndios florestais. À medida que a temperatura global aumenta, a probabilidade de ocorrência de incêndios florestais aumenta. Os incêndios libertam dióxido de carbono, ao mesmo tempo que destroem as plantas responsáveis por absorvê-lo da atmosfera, no ciclo do carbono. Isto aumenta a concentração de gases de efeito de estufa (GEE) na atmosfera, o que por sua vez aumenta a temperatura média terrestre.

Outros exemplos incluem o derretimento do gelo no Ártico: o gelo reflete a radiação solar e a água absorve-a, logo quanto mais o gelo derrete, menos gelo existe para refletir a luz solar, e mais água existe para absorver, o que aumenta a temperatura média da Terra e causa por sua vez mais derretimento.

Todos estes efeitos vão alterar decisivamente a velocidade com que o clima se vai alterar, o que vai colocar uma enorme pressão sobre os governos, economias e comunidades. Não temos como saber quando é que estes efeitos vão ser dominantes, se daqui a 10 anos, se daqui a 50...

Como financiar os empregos climáticos

Portanto não só *podemos* criar estes empregos como *temos* absolutamente de o fazer, rapidamente. Podemos financiá-los? Sim. Nos países desenvolvidos há três formas diferentes de os financiar:

Bilhetes e faturas: o projeto dos empregos climáticos não iria deitar dinheiro fora; iria produzir eletricidade e providenciar transporte público, que podem ser pagos, em parte, diretamente pelo consumidor;

Impostos e subsídios: de cada vez que um desempregado é empregado, passa a pagar mais impostos e a receber menos subsídios, o que permite poupanças ao Estado no sector fiscal;

Taxar os mais ricos: a razão pela qual se devem taxar os mais ricos não é para os castigar, mas antes para expandir os setores económicos que interessam à maioria. Se taxarmos os 99%, estes vão cortar no consumo de bens essenciais e as pessoas que os providenciam vão perder rendimentos ou os seus empregos, como tem acontecido nos regimes de austeridade. Assim, no geral, não se criam novos empregos. Se taxarmos os mais ricos estaremos a colocar dinheiro na esfera económica da maioria, que de outra forma estaria parado sob a forma de propriedade e bens de luxo ou a ser usado em especulação financeira. Achamos preferível que este dinheiro sirva para criar e manter postos de trabalho estáveis e duradouros.

Nos países em desenvolvimento o financiamento deste projeto pode ser feito de forma similar à dos países desenvolvidos. A grande diferença está no facto de as populações dos países pobres terem menos benefícios do Estado quando desempregadas e menos rendimentos quando empregadas, além de menor carga fiscal. Isto implica que a criação de emprego gere menos poupanças ao Estado e que as pessoas precisem de ter o acesso à eletricidade e ao transporte subsidiado (embora o mesmo suceda, em menor escala, nos países desenvolvidos).

Portanto estes países terão dificuldade em arranjar os fundos necessários para o projeto dos empregos climáticos, sem o apoio dos países desenvolvidos. Mas este apoio não custará muito aos países de rendimento elevado, porque o rendimento médio destes é mais de 20 vezes maior do que os rendimentos médios dos países pobres. Uma pequena fração da riqueza dos países desenvolvidos seria suficiente para cobrir os custos do projeto que os países pobres não conseguissem financiar por si.

Não vai ser fácil

Então podemos realizar este projeto, precisamos de o fazer, podemos financiá-lo, podemos ter mais emprego e os países pobres podem desenvolver-se. Isto não significa que lutar por isto seja fácil. Existe um poder consolidado nas indústrias do petróleo, carvão, gás e produção de eletricidade. E os líderes mundiais não estão a fazer o que é necessário que se faça agora. Avançar com este projeto significa cortar com o neoliberalismo e o fim das políticas de austeridade.

Teremos muito mais hipóteses de sucesso se construirmos campanhas para os empregos climáticos em todos os países. Em última análise, temos de mudar o que a humanidade faz a nível global. Mas os momentos decisivos e mais difíceis serão as primeiras pequenas vitórias, em cada país. Se esta campanha for bem sucedida numa escala suficientemente grande, como num país de grande dimensão ou em vários pequenos países, toda a gente no mundo poderá ver o que foi feito e ganhar coragem e inspiração para fazer o mesmo no seu país.

Mas cada caso é um caso: cada país tem o seu próprio contexto económico, político, social e geográfico. Isto significa que a campanha dos empregos climáticos tem de variar de país para país, para se adaptar a cada uma das diferentes realidades.

Atualmente esta campanha existe formalmente em sete países: na África do Sul, no Canadá, nos EUA (estado de Nova Iorque), nas Filipinas, nas Maurícias, na Noruega e no Reino Unido. Cada uma destas campanhas locais está adaptada à situação de cada país, sendo portanto diferentes umas das outras. Não as vamos aqui abordar – vamos focar-nos no contexto português, na parte seguinte deste livrete, porque queremos lançar as sementes para uma campanha de empregos climáticos em Portugal. Precisaremos do apoio de todas as organizações interessadas: sindicatos, ONGs, movimentos sociais ou associações. Consideramos este livrete como um passo nesse sentido, de dar a conhecer a campanha, de formar pontes com outras organizações ou grupos, de sensibilizar as pessoas para as questões abordadas pela campanha.

Parte 2

Alterações Climáticas em Portugal

A bacia mediterrânica vai ser dramaticamente afetada pelas alterações climáticas, sendo uma das regiões mais afetadas por aumentos de temperatura e diminuição da precipitação. Estas condições tornam-na num foco crítico das alterações climáticas³ e da perda de biodiversidade⁴.

De acordo com o quinto relatório produzido pelo IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), no final deste século, a temperatura média em Portugal vai aumentar em 2,5–4°C relativamente à média de 1961-90, dependendo dos cenários de emissões⁵. No mesmo período, segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, a precipitação anual irá decrescer em 30%, sendo este decréscimo mais significativo nas regiões do sul⁶.

Os vários impactos diretos das alterações climáticas estão a ser observados e monitorizados por instituições estatais, tendo alguns destes aumentado em frequência e intensidade, tais como:

- Fogos florestais;
- Perda de área costeira devido à subida do nível médio das águas do mar;
- Fenómenos climáticos extremos, como tempestades e inundações;
- Decréscimo na produtividade agrícola e nos recursos hídricos, causado por secas.

Impactos indiretos destas alterações incluem o aumento dos preços de bens alimentares, refugiados climáticos e instabilidades no fornecimento de energia. Estas últimas são particularmente relevantes, na medida em que Portugal está fortemente dependente de fontes de energia externas (78.1% em 2011)⁷.

Emissões de gases de efeito de estufa (GEE) em Portugal

Portugal estava comprometido até 2012 a apenas aumentar as suas emissões de GEE em 27% (comparativamente aos valores de 1990), de acordo com o Protocolo de Quioto. O aumento nesse período, determinado pelo *National Inventory Report* (NIR – 2013), foi de 14.8%, abaixo do limite máximo acordado. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) considera que há seis fatores preponderantes neste baixo aumento de emissões:

1. A transição para o gás natural;
2. A introdução da energia renovável;
3. A introdução de biocombustíveis nos transportes;
4. Maior eficiência energética;
5. Reforma de fiscalidade verde nos veículos;
6. Crise económica.

Apesar da energia renovável perfazer cerca de 49% da produção de eletricidade, como esta apenas representa 9,4% de todo o consumo energético em Portugal, cerca de 75% de toda a energia consumida em 2011 foi proveniente de combustíveis fósseis⁸.

Os próximos gráficos irão mostrar de que fontes provém a energia utilizada por Portugal e a distribuição dessa energia por sector económico (dados da *International Energy Agency*, referentes a

2013) e o peso destes em termos de emissões de GEE (dados da APA, referentes a 2011).

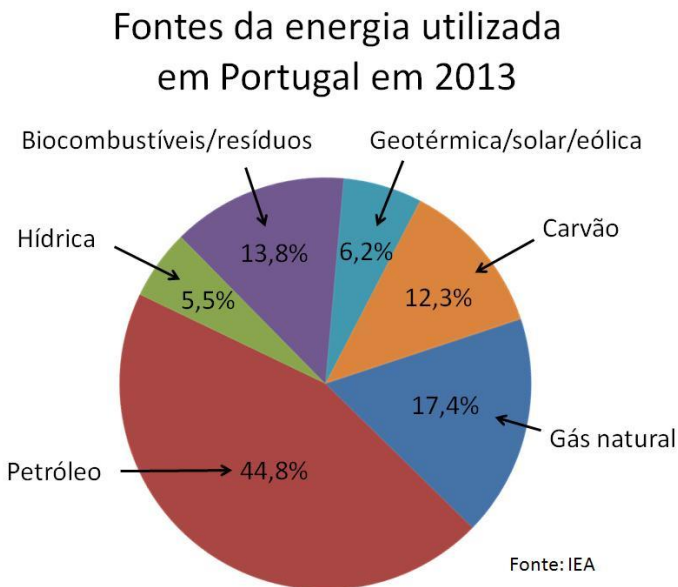


Figura 1 – Proveniência da energia utilizada em Portugal em 2013

Olhando para o gráfico da Figura 1, observa-se que Portugal depende maioritariamente do petróleo, sendo o gás natural o segundo recurso mais utilizado e o carvão o terceiro. O sector das renováveis entra só depois destes, sendo apenas cerca de 12% da energia utilizada pelo país.

Consumo de energia por sector em 2013

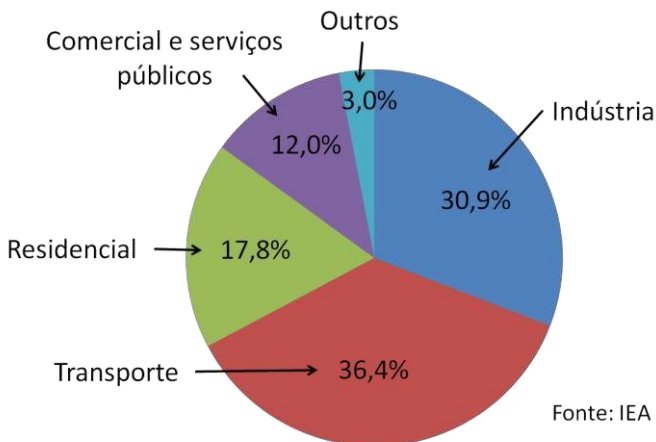


Figura 2 – Distribuição da energia utilizada em Portugal em 2013, por sector económico

Os transportes são o sector com mais peso na utilização de energia a nível nacional e, assim, um dos sectores-chave a trabalhar. Esta elevada percentagem deve-se à cada vez maior utilização dos transportes aéreos e pouca utilização dos transportes públicos em detrimento de veículos individuais. Assim, políticas que incentivem a utilização dos transportes públicos, nomeadamente do ferroviário, implicariam uma maior eficiência energética neste sector, uma vez que o transporte coletivo requer menos energia por pessoa que o transporte individual.

Em termos das fontes de energia que alimentam este sector, é de destacar o facto de que cerca de 94% da energia utilizada nos transportes provém do petróleo e derivados, cerca de 5% é

proveniente de biocombustíveis, e o restante 1% (aproximadamente) provém de eletricidade e gás natural⁹.

Relativamente às emissões por sector de atividade, o gráfico seguinte¹⁰ demonstra a realidade portuguesa de 2011:

Emissões de GEE em Portugal em 2011

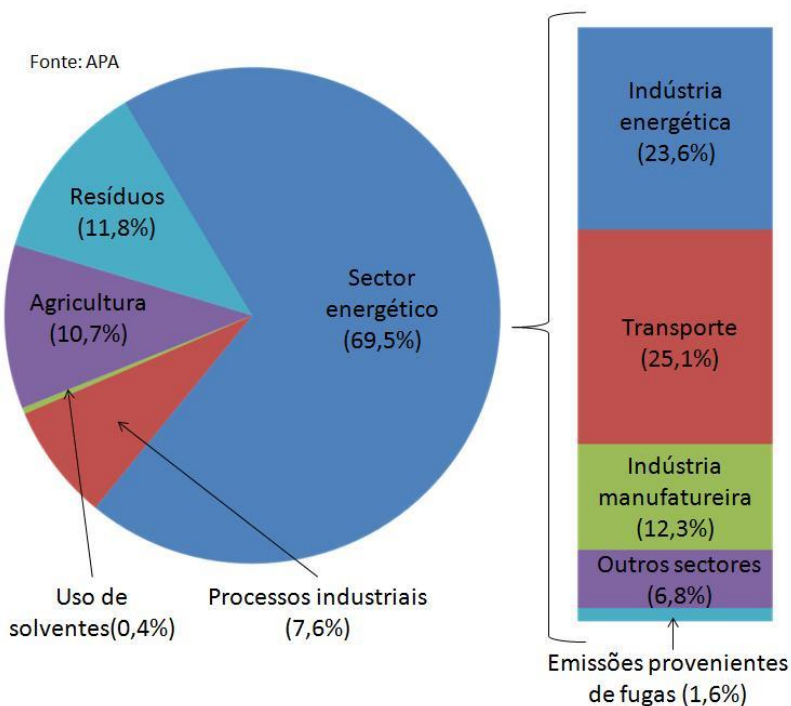


Figura 3 – Emissões de GEE por sector económico, em 2011

A grande maioria das emissões de GEE (cerca de 70%) provem do sector da energia, que inclui a produção de eletricidade, o combustível dos transportes, a energia (térmica, elétrica...) produzida diretamente nas fábricas necessária para o

funcionamento destas, de entre outros. A atividade agrícola, os resíduos e vários processos industriais perfazem na prática os restantes 30% das emissões. Assim sendo, o sector onde é mais importante reduzir as emissões é o da energia, nomeadamente na produção de eletricidade e no sector dos transportes, que juntos somam perto de 50% do total de emissões. A conversão da produção de eletricidade para fontes renováveis aliada à aplicação das medidas que incentivem a utilização de transportes públicos já referidas seriam assim boas formas de reduzir substancialmente as emissões.

Redução de emissões

Portugal tem a responsabilidade histórica de reduzir as suas emissões radicalmente – e a capacidade de o fazer. De acordo com o *Climate Equity Reference Calculator*¹¹, as emissões atuais deveriam ser reduzidas em 57%, isto é, das cerca de 60 MtCO₂e (megatoneladas de dióxido de carbono e gases equivalentes emitidos) para 35 MtCO₂e, até 2030¹². A mesma fonte indica também que Portugal deve mitigar uma quantidade similar noutros países, nomeadamente nos países em desenvolvimento do Sul Global, obtendo desta forma um resultado de emissões negativas.

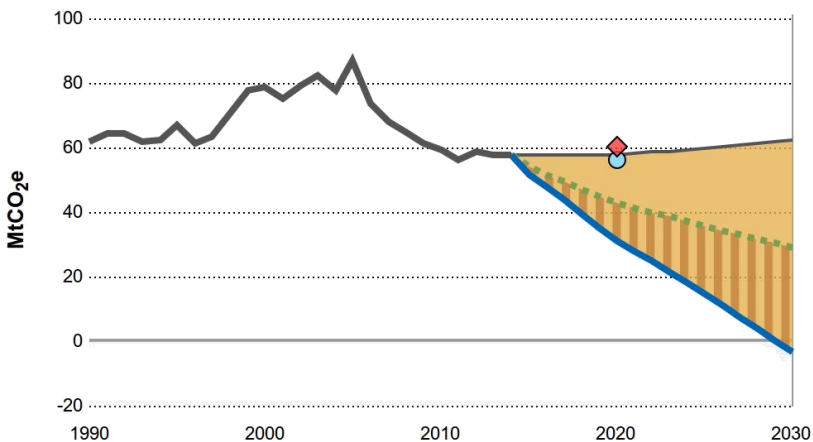


Figura 4 – Gráfico das emissões de GEE de Portugal até 2015 e o cenário até 2030

No gráfico da Figura 4 observa-se a curva das emissões de Portugal ao longo do tempo. A bifurcação ocorre em 2015 e a partir desta, três curvas são apresentadas: a curva superior mostra as projeções de emissões até 2030 se Portugal não adotar medidas de redução de GEE; a curva a tracejado apresenta a sugestão de redução das emissões a nível nacional¹³ e a curva inferior representa as reduções totais que Portugal deve fazer, tanto a nível doméstico como internacional (ou seja, inclui a transferência de tecnologia e o investimento que Portugal tem de fazer noutros países para que estes se possam desenvolver sem necessitar de recorrer aos combustíveis fósseis). A área a cheio representa assim o total de reduções de emissões a nível doméstico e a área a tracejado a mitigação noutros países financiada por Portugal. O quadrado representa o compromisso atual de redução das emissões a nível doméstico e o círculo representa o compromisso de redução de emissões que inclui a mitigação noutros países.

Resumindo e concluindo: Portugal tem de cortar as suas emissões em aproximadamente 60%, independentemente dos mecanismos internacionais que abordem as questões de justiça climática.

Estado Geral das Políticas Climáticas em Portugal

O XIX Governo Constitucional de Portugal, formado pelo Partido Social Democrata e pelo Partido do Centro Democrático Social (CDS-PP) lançaram, em Abril de 2015, o *Compromisso para o Crescimento Verde*¹⁴. Este documento, publicado pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, é o último documento oficial que aborda as questões da sustentabilidade ambiental nacional. Iremos aqui analisar alguns dos pontos deste documento e mencionar alguns outros do programa eleitoral do XXI Governo do Partido Socialista.

O Compromisso para o Crescimento Verde é um plano que envolve muitos aspetos dos serviços dos ecossistemas.

A secção relacionada com a energia e o clima refere medidas de redução das emissões. Uma destas é a “produção renovável no consumo final bruto de energia: 31% em 2020 e 40% em 2030”. Em conjunto com medidas de eficiência energética, o ministério compromete-se a reduzir as emissões de GEE para 68-72 MtCO₂e até 2020. Por um lado, esta meta é claramente insuficiente, comparativamente com a meta necessária de cerca de 40 MtCO₂e (Ver Figura 4). Por outro lado, estando o valor oficial das emissões atual estimado em cerca de 70 MtCO₂e, dificilmente se pode considerar a meta de 68-72 MtCO₂e como uma meta de “redução de emissões”.

Na secção da agricultura e florestas, todas as medidas relativas à reflorestação estão ligadas à indústria transformadora e extrativa, isto é, à plantação de monoculturas de eucaliptos. Este tipo de artifícios beneficiam nos cálculos das emissões, ao considerarem que as florestas absorvem dióxido de carbono da atmosfera, resultando em “emissões negativas”. No entanto, naturalmente, a indústria extrativa abate as florestas que planta, impossibilitando o desenvolvimento de um ecossistema que atue de facto como um absorvedor de carbono. Plantar florestas para abate não reduz efetivamente as emissões de GEE.

Finalmente, na secção da mobilidade e dos transportes, o documento afirma que se devem “Criar condições para a transferência do transporte individual para o coletivo, em especial nas áreas metropolitanas (ex: melhorando o transporte coletivo e implementando medidas dissuasoras da utilização do automóvel individual)”. Isto, combinado com as campanhas de privatizações do mesmo governo, tem o cariz de uma medida de austeridade ambiental, na medida em que os empregos nos transportes públicos são cortados em vez de criados, enquanto que os custos de mobilidade aumentam diretamente, tanto para os utilizadores dos transportes públicos como para os de automóvel individual. Assim, a redução das emissões neste sector, na prática, baseia-se na redução da utilização dos transportes em geral, dificultando o acesso à mobilidade.

O XXI Governo do Partido Socialista ainda não publicou um plano compreensivo para as questões de sustentabilidade climática ou ambiental. No entanto, as medidas acordadas entre o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e a Coligação Democrática Unitária (CDU) antes da formação do governo vão ser aqui mencionadas¹⁵.

Alguns dos pontos compatíveis com as perspetivas da campanha dos Empregos Climáticos são:

- Anulação das concessões e privatizações em curso dos transportes coletivos de Lisboa e Porto;
- Reversão do processo de privatização da EGF, com fundamento na respetiva ilegalidade;
- Nenhuma outra concessão ou privatização.

Estas medidas dão ao sector público controlo sobre alguns dos sectores-chave das emissões, nomeadamente dos transportes, onde a criação de empregos climáticos teriam o maior impacto.

Estado do Emprego em Portugal

Portugal tem sido um dos países europeus sujeito a medidas de austeridade, após a crise financeira de 2008 que ecoou por todo o mundo. As ditas pretendem reduzir as despesas do Estado nos seus vários setores, tais como saúde, educação e serviços públicos e administrativos em geral, e com estas poupanças pagar a dívida pública junto dos credores. Estas medidas tiveram grandes impactos na economia e na sociedade portuguesa desde a sua aplicação.

Nestes últimos quatro anos, à luz das referidas medidas, perderam-se cerca de 388 mil empregos (entre o primeiro trimestre de 2011 e o homólogo de 2015), o que significa uma média de 266 empregos perdidos por dia¹⁶. Os salários médios brutos baixaram cerca de 400€ desde 2012, sendo agora os salários médios dos novos trabalhadores cerca de 500€¹⁷.

Os cortes do Estado nas pensões, nos salários dos funcionários públicos e nos vários serviços públicos, colocam algumas pessoas diretamente no desemprego e baixam o poder de compra das outras. Estas políticas implicam que, no geral, haja uma quebra no consumo dos bens dos quais as pessoas precisam, colocando assim, indiretamente, aqueles que os providenciam no desemprego ou em dificuldades.

Estes efeitos notam-se quantitativamente no número de desempregados em Portugal e na precariedade do trabalho. No primeiro trimestre de 2015, 1 milhão e 861 mil pessoas trabalhavam em condições precárias (bolseiros, contratos a prazo, recibos verdes, biscates, estágios e trabalho familiar não remunerado) e cerca de 993 mil pessoas encontravam-se desempregadas ou inativas¹⁸. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, para o terceiro trimestre de 2015 o número de empregos está estimado em cerca de 4,5 milhões e o número de desempregados ronda os 618,8 mil, sendo que quase dois terços destes são desempregados de longa duração (mais de 12 meses)¹⁹.

Há alguns fatores que contribuem para a deflação da taxa de desemprego, como por exemplo a emigração da população ativa para outros países que oferecem melhores condições de trabalho, ou os desempregados que passam a “inativos” por deixarem de cumprir certos critérios definidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. No entanto isto não afeta a realidade em si, mas apenas o indicador económico, pela natureza da sua forma de cálculo.

Assim, o panorama geral da situação portuguesa não é o crescimento do emprego ou a melhoria da qualidade de vida da população em geral. A sociedade portuguesa é cada vez mais

desequilibrada, estando o fosso entre os ricos e os pobres a aumentar e a separação entre a classe média e a pobreza a esbater-se, estando hoje 1 em cada 5 pessoas em risco de pobreza²⁰. As políticas de austeridade não se mostraram eficazes na reversão deste panorama, contribuindo pelo contrário para os aumentos referidos do desemprego, da desigualdade social e para um nível de vida mais baixo.

Como Lidar com Estas Realidades

A campanha dos empregos climáticos insere-se na linha de pensamento de que a forma de quebrar o ciclo de aumento de desemprego e pobreza é através de investimento público na sociedade. É importante salientar que este investimento de que se fala não inclui resgates a bancos, subsídios às empresas de exploração de combustíveis fósseis, subsídios às empresas que beneficiam da concessão de transportes públicos ou outros tipos de parcerias público-privadas que claramente não beneficiam os contribuintes e os utilizadores.

O investimento que o Estado tem de fazer tem que criar novos postos de trabalho, enquanto transita ao mesmo tempo Portugal de uma economia dependente de combustíveis fósseis estrangeiros para uma economia de baixas emissões de GEE. Todos os anos são formadas pessoas qualificadas que podem e querem responder a estes problemas e são forçadas a emigrar, a aceitar empregos que não requerem as qualificações que obtiveram, ou a serem desempregadas.

Com esta campanha pretendemos assim responder à questão das alterações climáticas, aproveitando a enorme massa de pessoas que pode e quer contribuir para a sociedade, sem ter de comprometer a qualidade de vida da maioria.

Estamos a construir uma base forte de suporte a estas reivindicações. Todo o apoio é necessário, e urgente. Lançamos o apelo a todos parceiros e organizações sindicais, trabalhadoras, ambientalistas, de desenvolvimento sustentável, religiosas, cívicas, políticas e académicas, bem como aos cidadãos que queiram envolver-se nesta luta!

Referências e Notas

¹J.M. Cha, T. Clarke, J. Kellerman, J. Mata, J. Neale, S. van Niekerk, L. Skinner, T. Spence, A. Wahl, A. Ytterstad (2015, Setembro), “Global Climate Jobs”. Disponível em globalclimatejobs.wordpress.com.

²J.M. Cha, T. Clarke, J. Kellerman, J. Mata, J. Neale, S. van Niekerk, L. Skinner, T. Spence, A. Wahl, A. Ytterstad (2015, Setembro), “Global Climate Jobs”, Pág. 7 e 8.

³F. Giorgi (2006), Climate change hot-spots, *Geophys. Res. Lett.*, 33, L08707, doi:10.1029/2006GL025734.

⁴Informação disponível em www.cepf.net/resources/hotspots.

⁵IPCC, 2013: Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, M. Tignor, S.K. Allen, J. Boschung, A. Nauels, Y. Xia, V. Bex and P.M. Midgley (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 1535 pp, doi:10.1017/CBO9781107415324.

⁶Consultar “Serviços de Clima – Cenários Climáticos para Portugal Continental no Século XXI”, *Instituto Português do Mar e da Atmosfera*, disponível em www.ipma.pt.

⁷Eduardo Santos, José Paulino, Patrícia Liberal, Rui Papudo (2014, Março), “Sixth National Communication to the United Nations Framework Convention on Climate Change”, *Agência Portuguesa do Ambiente*.

⁸Eduardo Santos, José Paulino, Patrícia Liberal, Rui Papudo (2014, Março), “Sixth National Communication to the United Nations Framework Convention on Climate Change”, *Agência Portuguesa do Ambiente*, Tabela 1.18.

⁹Dados estatísticos retirados de www.iea.org.

¹⁰Eduardo Santos, José Paulino, Patrícia Liberal, Rui Papudo (2014, Março), “Sixth National Communication to the United Nations Framework Convention on Climate Change”, *Agência Portuguesa do Ambiente*, Figura 2.9.

[http://calculator.climateequityreference.org/?cum_since_yr=1850&use_lulucf=1&use_netexports=1&use_nonco2=1&emergency_path=13&emergency_program_start=2012&baseline=default_gdrs&percent_gwp=&percent_gwp MITIGATION=1&percent_gwp ADAPTATION=1&use_sequencing=0&percent a1_rdxn=40&base_levels_yr=1990&end_commitment_period=2020&a1_smoothing=2&mit_gap_borne=2&use_mit_lag=1&em_elast=1&dev_thresh=7500&lux_thresh=50000&interp_btwn_thresh=1&r_wt=0.5&do_luxcap=0&luxcap_mult=1&use_kab=0&kab_only_ratified=0&dataversion=7.0.0dev&iso3=PRT](http://calculator.climateequityreference.org/?cum_since_yr=1850&use_lulucf=1&use_netexports=1&use_nonco2=1&emergency_path=13&emergency_program_start=2012&baseline=default_gdrs&percent_gwp=&percent_gwp_MITIGATION=1&percent_gwp_ADAPTATION=1&use_sequencing=0&percent_a1_rdxn=40&base_levels_yr=1990&end_commitment_period=2020&a1_smoothing=2&mit_gap_borne=2&use_mit_lag=1&em_elast=1&dev_thresh=7500&lux_thresh=50000&interp_btwn_thresh=1&r_wt=0.5&do_luxcap=0&luxcap_mult=1&use_kab=0&kab_only_ratified=0&dataversion=7.0.0dev&iso3=PRT)¹¹ <http://calculator.climateequityreference.org>.

¹²As emissões atuais de Portugal são oficialmente maiores: o *National Inventory Report* de 2013 (NIR-2013) considera que as emissões portuguesas são de 70 MtCO₂e por ano.

¹³Esta sugestão é consistente com os parâmetros globalmente aceites como os limites para um planeta habitável – para mais detalhes consultar a referência 11.

¹⁴António Alvarengas, Paula Virgínia Meireles (2015, Abril), “Compromisso para o Crescimento Verde”, *MAOTE*.

¹⁵Para mais informação, consultar “As medidas acordadas entre PS, Bloco, PCP e PEV”, 10 de Novembro de 2015, em

www.esquerda.net.

¹⁶Dados do Instituto Nacional de Estatística.

¹⁷Paulo Pena (2014, 18 de Junho), “Salário médio sofreu cortes anuais de 400 euros só com as alterações às leis laborais”, *Público*, retirado de www.publico.pt.

¹⁸Para mais informação, consultar “Metade dos trabalhadores são precários ou desempregados: Contraditório ao Expresso”, 10 de Julho de 2015, em www.precarios.net.

¹⁹Raquel Martins (2015, 4 de Novembro), “Desemprego de muito longa duração agravou-se no terceiro trimestre”, *Público*, retirado de www.publico.pt.

²⁰Pedro Crisóstomo (2015, 30 de Janeiro), “Um em cada cinco portugueses em risco de pobreza”, *Público*, retirado de www.publico.pt.

Existem mais de 200 milhões de pessoas desempregadas no mundo. Muitos milhões de outras pessoas são subcontratadas ou trabalham em empregos precários e inseguros. Programas de empregos climáticos governamentais podem transformar as vidas destas pessoas, das suas famílias e comunidades.



ASSOCIAÇÃO
DE COMBATE **pi**
À PRECARIÉDADE 



Custos de impressão: 1,40€